



**ATA Nº1/2021**

**ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DA FREGUESIA DE SERRO VENTOSO**

-----Aos desaseis dias do mês de Abril do ano de dois mil e vinte e um, às vinte e uma horas e dez, minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia de Serro Ventoso, na sede da Junta de Freguesia, na Avenida Nova em Serro Ventoso, em sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalho: -----

**Ponto um** - Leitura e votação da ata da última assembleia; -----

**Ponto dois** - Informações nos termos da alínea e) n.º2 do artigo 9º da Lei nº75/2013 de 12 de setembro; -----

**Ponto três** - Apreciação do inventário da Freguesia do ano de dois mil e vinte.

**Ponto quatro** – Apreciação dos documentos de prestação de contas do ano dois mil e vinte. -----

**Ponto cinco** - Discussão e aprovação da 1ª alteração orçamental modificativa (revisão) do ano dois mil e vinte e um e respetivo PPI. -----

**Ponto seis** - Protocolo da Junta de Freguesia com a União dos Agricultores do Distrito de Leiria. -----

**Ponto sete** - Outros assuntos de interesse; -----

**1** – O Sr. Presidente da Assembleia iniciou a reunião saudando o executivo, os membros da assembleia e o público presente. Colocou a ata à votação, questionou a Assembleia se existia alguma dúvida. Como não surgiram dúvidas, a ata foi votada e aprovada por unanimidade. -----

**2** – O Sr. Presidente da Assembleia apresentou o segundo ponto da ordem de trabalhos, também este apenas de carácter informativo, tendo dado a palavra ao Sr. Presidente da Junta que enumerou todas as atividades desenvolvidas desde a última assembleia: oferta de mascaras à população; oferta de t-shirts no Dia da Mulher; plantação de pinheiros com os meninos da escola na antiga lixeira do Chão das Pias; visita de uma escola às cabras sapadouras; oferta de foliar às crianças da escola; oferta de foliar à pessoa mais velha da freguesia; construção de refugio para um caixote do lixo; construção de muros de pedra seca junto à Estrada Nacional N.362; colocação de candeeiros solares na rua do Casais do

Chão; muro num dos cruzamentos de ALEAGANÇO; a Junta de Freguesia é finalista no âmbito do concurso da Autoridade de Proteção Civil relativamente à implementação de Boas Práticas locais; construção de um mural à entrada da freguesia; -----

A Sra. Dulce pediu a palavra para perguntar em que consta o Prémio de Boas Práticas Locais. -----

O Sr. Presidente da Junta informou que o Prémio das Boas Práticas Locais tem a ver com o projeto das cabras sapaduras. -----

**3** – O Sr. Presidente da Assembleia apresentou o terceiro ponto da ordem de trabalhos e passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

O Sr. Presidente da Junta apresentou o inventário da freguesia e informou da doação de mais algumas peças de mobiliário da parte do Novo Banco.-----

O Sr. Presidente da Assembleia colocou o documento à votação que foi aprovado por unanimidade. -----

**4** – O Sr. Presidente da Assembleia apresentou o quarto ponto da ordem de trabalhos e passou a palavra a Sr. Presidente da Junta que apresentou e colocou a apreciação da assembleia os documentos da prestação de contas do ano de dois mil e vinte. -----

A Sra. Dina pediu a palavra para perguntar porque motivo se alterou o formato de apresentação de contas em relação aos anos anteriores, uma vez que ficou mais difícil de analisar e comprar com o orçamento. -----

O Sr. Presidente da Junta remeteu as dúvidas para o contabilista uma vez que, o mesmo tinha sido convocado para esclarecer as duvida e este não compareceu em virtude da pandemia. Perguntou se a assembleia possuía o Relatório da Gestão de dois mil e vinte onde se encontrava resumido todo o ano económico, ao qual a mesa da assembleia respondeu que não tinha recebido o documento em causa. -----

A Sra. Dulce pediu a palavra para chamar atenção de que o Sr. Presidente deveria saber esclarecer a assembleia sobre os valores apresentados no documento prestação de contas, para a esta ficar mais esclarecida sobre os valores da despesa realizada. -----

A Sra. Daniela pediu a palavra para perguntar o valor dos saldos bancários. -----

O Sr. Presidente da Junta informou que na Caixa Geral de Depósitos a conta à ordem tem um saldo de duzentos e sete mil euros e a conta da Caixa de Crédito Agrícola tem um saldo de doze mil e quinhentos euros. -----

O Sr. Presidente da Assembleia colocou à votação o documento Prestação de Contas, tendo o mesmo sido aprovado com cinco votos a favor e duas abstenções. -----

**5** – O Sr. Presidente da Assembleia apresentou o quinto ponto da ordem de trabalhos e passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta que explicou que a

alteração ao orçamento é efetuada. ATEAS acrescentar o saldo a transitar do ano de dois mil e vinte. -----

O Sr. Presidente da Assembleia perguntou sobre o reforço da rúbrica do hostel e da rúbrica da aquisição de terrenos. O Sr. Presidente da Junta informou que o valor do reforço do hostel tem a ver com o possível custo final da obra, e o valor do reforço de aquisição de terrenos deve-se ao facto dos mesmos já terem sido adquiridos pela Junta. -----

A Sra. Dulce pediu a palavra para perguntar por que razão se aumentou a rúbrica de aquisição de bens e serviços em sessenta e três mil e trezentos euros. O Sr. Presidente da Junta informou que a distribuição do reforço por vezes é feita aleatoriamente. -----

A Sra. Dina pediu a palavra para perguntar por que razão na alteração orçamental as previsões iniciais não coincidem com o as do orçamento aprovado na última assembleia. Tendo a Sra. Dulce apresentado a mesma dúvida, dando razão à Sra. Dina. O Sr. Presidente da Junta continuou a afirmar que a alteração se deve ao reforço das rúbricas. -----

O Sr. Presidente da Assembleia colocou o documento a votação, o qual foi aprovado por unanimidade. -----

**6** – O Sr. Presidente da Assembleia apresentou o sexto ponto da ordem de trabalhos e passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta que apresentou o protocolo com a Associação de Agricultores da região de Leiria e explicou em traços gerais o seu conteúdo e referindo todos os benefícios do mesmo, para incentivar a pastorícia na freguesia. -----

A Sra. Dulce pediu a palavra para chamar a atenção que no protocolo faltava especificar a situação de que os subsídios se aplicavam só no caso de animais de pastorícia e perguntou ainda se para ter acesso ao subsídio é necessário ser sócio da Associação de Agricultores de Leiria. O Sr. Presidente da Junta respondeu que iria adicionar essa exigência ao protocolo e referiu ainda que em relação à questão de ser sócio da Associação de Agricultores de Leiria, não era necessário. Por último afirmou que este benefício à pastorícia já existe em várias freguesias. O Sr. Presidente da Assembleia colocou o documento a votação, o qual foi aprovado por unanimidade. -----

**7** – O Sr. Presidente da Assembleia apresentou o sétimo ponto da ordem de trabalhos e passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta que informou que a Junta comprou dois terrenos atrás da igreja; está a negociar um terreno nos Casais do Chão e outro no Mato Velho com vista ao alargamento da via pública. -----

O Presidente da Assembleia perguntou qual o preço dos terrenos que a Junta tinha adquirido e qual a situação da ex-Casa Velório. O Sr. Presidente da Junta respondeu que o terreno da Sra. Lídia custou dezassete mil euros e o terreno do Sr. Luís custou três mil e quinhentos euros. Em relação à ex-Casa de Velório o processo continua complicado e a solicitadora informou que não consegue prever o tempo necessário para tentar legalizar a situação. -----

A Sra. Dulce pediu a palavra para ~~ACTUAR~~ quando é que estava previsto a 4  
demolição da antiga casa indicada para o hostel e se já tinha sido adquirida a  
nova casa. O Sr. Presidente da Junta respondeu que a pessoa que estava indicada  
para efetuar a demolição recusou o trabalho e que neste momento tem um  
orçamento de uma empresa para efetuar a demolição. Em relação ao novo  
projeto encontra-se em negociação o valor da casa, tendo já consultado um  
arquitecto no sentido de obter uma estimativa do custo da remodelação a nível  
dos interiores.-----

O Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a ordem de trabalhos e passou  
a palavra ao público presente. -----

O Sr. Carlos Venda pediu a palavra para informar que no dia três de Março, o  
processo que decorreu no Tribunal de Contas ficou encerrado e achou por bem  
aparecer nesta assembleia para explicar a todos a sua situação. Fez questão de  
referir que nem ele próprio nem a família colocaram qualquer ação judicial contra  
a Junta de Freguesia e salientou que nunca a Junta de Freguesia lhe pediu nada  
e nunca lhe cobrou um único cêntimo, e perguntou por que motivo é que a Junta  
de Freguesia gastou tantos recursos em tribunais e em advogados, uma vez que  
nunca tinha colocado nenhuma ação judicial à Junta. De seguida recorreu aos  
seus documentos para informar que no dia dezassete de Abril de dois mil e  
quatorze a Junta emitiu um contrato de compra e venda que foi feito pelo  
solicitador, Sr. João José, foi aceite e assinado por ele e pela sua esposa, o qual  
foi também apresentado e aprovado por unanimidade na Assembleia de  
Freguesia. Este contrato seria confirmado com uma escritura no dia nove de Julho  
de dois mil e quatorze, a mesma só seria possível ser adiada pelo motivo da não  
existência de Licença de Utilização do pavilhão. Em Junho de dois mil e quatorze,  
o antigo Presidente da Assembleia fez queixa ao Ministério Público sem respeitar  
a decisão da Assembleia de Freguesia nem mencionar o respetivo contrato, e  
reforça que tudo isto revela má-fé para com ele com a sua família e com as  
pessoas da Assembleia de Freguesia. Apesar de tudo isto o próprio afirma que  
sempre revelou vontade que existisse um entendimento, contactou com um  
elemento do executivo no sentido de resolver a situação a qual não foi possível  
de resolver, posteriormente outras pessoas tentaram mais uma vez ajudar a  
resolver a situação, mais uma vez não foi possível, justificando que rececionou  
uma resposta da parte do advogado da Junta que afirmava que: "a minha  
constituente não aceita pagar o quer que seja pela utilização do imóvel a pronto  
ou faseado, o contrato de promessa celebrado não possui qualquer validade".  
Afirmou ainda que continua sem perceber como é que a mesma instituição que  
aprova o referido contrato consegue afirmar que o mesmo não é válido. Para  
além de tudo isto, continua a utilizar o pavilhão como sendo sua propriedade. O  
mesmo interroga-se como é que é possível nunca ter colocado qualquer ação  
judicial à Junta, tendo esta, usado o pavilhão durante dezasseis anos sem pagar  
nada quando ele mesmo tem a pagar em juros e custas cerca de quarenta mil

euros. Terminou informando que na Assembleia passada tinha devolvido à Junta um depósito de sessenta e quatro mil setecentos e vinte e nove euros e sessenta e oito cêntimos, entregando o comprovativo ao Presidente da Assembleia, o qual se encontra em anexo à ata. Por último informou a Assembleia que tinha acabado de constatar factos e abandonou a sala sem aguardar resposta da parte do executivo. O Sr. Presidente da Junta ficou intrigado com o abandono da sala por parte do Sr. Carlos Venda, informou que este já deveria de ter comparecido há mais tempo na Assembleia, reforçou novamente a ideia que a Junta de Freguesia nunca colocou nenhum processo ou ação judicial ao Sr. Carlos Venda. O processo que a Junta tinha colocado, tinha sido à Caixa Geral de Depósitos e à Caixa de Crédito Agrícola, por falta de assinaturas dos cheques, ganhamos o processo no tribunal de Porto de Mós, mas as instituições recorreram e a Junta perdeu a causa. No caso do processo do Sr. Carlos Venda, a Junta foi somente assistente no processo. O que realmente aconteceu foi a questão de as contas não serem aprovadas pelo executivo e neste caso estas têm de ser enviadas ao Tribunal de Contas, a qual deu início ao respetivo processo. -----

O Sr. Saúl pediu a palavra para afirmar que enquanto Presidente da Assembleia de Freguesia na altura, nunca fez nenhuma queixa contra o Sr. Carlos Venda, o que realmente aconteceu foi o que já afirmou o Sr. Presidente da Junta. O Sr. Presidente da Junta informou que existia realmente um contrato e que no dia em que estava marcada a escritura do referido contrato o Sr. Carlos Venda não compareceu e que o Tribunal é que deu o contrato como nulo. Relativamente aos juros, a Junta não tem qualquer responsabilidade, o tribunal é que estabelece a quantia a pagar e como ele pediu a prorrogação do prazo de pagamento tem de pagar mais juros.-----

A Sra. Sílvia Trindade pediu a palavra para questionar de quem era a responsabilidade das obras necessárias na escola; apelou que as ofertas a fazer na escola devem de ser realizadas antes das quinze e trinta horas, para encontrar todas as crianças na escola; perguntou se as análises da água dos fontanários estão atualizadas e se os filtros foram substituídos dentro do prazo; referiu também que o Festival do Galo não consta no site da Câmara Municipal e que o galo que se encontra na entrada da freguesia está em mau estado; questionou ainda qual a utilidade dos terrenos que foram presentemente adquiridos; o valor de cento e cinquenta mil euros é somente para a aquisição do imóvel ou já inclui a remodelação do hostel; por fim lamentou o facto de o Sr. Presidente não estar devidamente preparado para esclarecer as contas das Freguesia. -----

O Sr. Presidente da Junta respondeu que em relação à escola a responsabilidade da Junta vai até duzentos euros, todas as outras necessidades devem de ser colocadas na plataforma própria da Câmara Municipal. Em relação às ofertas o que aconteceu foi que os folares só estavam disponíveis às dezasseis horas; em relação à água as análises são da responsabilidade da Câmara Municipal; em relação ao Festival do Galo referiu que se a Câmara Municipal não o publicita o

problema é da Câmara Municipal; **ATA** os terrenos em princípio são para estacionamento e ligação das duas vias públicas; em relação às contas estou a vontade porque a Junta tem um contabilista que poderá explicar todas as dúvidas das contas.-----

O Sr. Fernando Vieira pediu a palavra para perguntar quem é responsável pela marcação dos caminhos de Fátima na nossa Freguesia, uma vez que estes, não se encontram em condições para as pessoas caminharem em segurança.-----

O Sr. Presidente da Junta afirmou que a Junta não teve conhecimento, nem foi consultada sobre a sinalética dos respetivos caminhos. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi declarada encerrada a reunião pelas vinte e três horas e vinte minutos, pelo **Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia**, lavrando-se a presente ata que vai ser assinada. -----

**O Presidente:**  
Nelson Cordeiro

Nelson Cordeiro

**O 1º Secretário:**  
Ernesto Norberto da Trindade

Ernesto Trindade

**A 2ª Secretária:**  
Dina Maria Venda Carvalho

Dina Maria Venda Carvalho

**Vogais:**

Folha 7

Gulherme Ribeiro

Daniela Alexandra Penda Gomes

Dulce Maria Amado Cus Lago

Dr. João Joaquim Martins Reis